



O CÔNSUL NORTE-AMERICANO JOSEPH RAY E OS BASTIDORES DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.

Claudineide Rodrigues Lima Sampaio¹

Flavio José Gomes Cabral²

RESUMO

O presente artigo busca esclarecer através de fontes arquivistas e bibliográficas as ligações de Joseph Ray, cônsul dos Estados Unidos no Recife, com os rebeldes da Revolução Pernambucana de 1817 e com os refugiados soldados bonapartistas enviados dos Estados Unidos por Antônio Gonçalves da Cruz, dito Cabugá, para sustentar a revolução. Figura de alta importância no desenrolar do cenário revolucionário pernambucano, mas ainda pouco estudada, pairam sobre o cônsul americano dúvidas sobre sua chegada a Pernambuco e suas reais ligações com os rebeldes de 1817.

Palavras-chaves: rebeldes, Cabugá, Napoleão Bonaparte.

ABSTRACT

This article seeks to clarify through archival sources and bibliographical links Joseph Ray, U.S. consul in Recife, with the rebels of Pernambuco Revolution of 1817 and with refugees Bonapartist soldiers sent from the United States by Antonio Gonçalves da Cruz, said Cabugá to sustain the revolution. Figure of high importance in the course of the revolutionary landscape of Pernambuco, but little studied, hover over the American consul doubts about his arrival in Pernambuco and its real links with the rebels in 1817.

Keywords: rebel, Cabugá, Napoleon Bonaparte

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em fase inicial pretende abordar questões que ainda requerem esclarecimentos sobre as ações de Joseph Ray, cônsul norte-americano no Recife, durante o período da Revolução Pernambucana de 1817 e suas eventuais implicações neste levante.

Apresentaremos neste artigo as questões que temos como objetivo respondê-las ao longo da pesquisa, tais questões giram em torno da nomeação de Joseph Ray para cônsul no Recife, se a sua nomeação foi ou não fruto de intervenções de representantes da revolução nos Estados Unidos, a data de sua chegada a Pernambuco se faz necessária para tal resolução e

¹Graduanda em História pela Universidade Católica de Pernambuco, bolsista do PIBIC CNPq; Claudineide.sampaio@hotmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professor de História na UNICAP, orientador PIBIC-CNPq. E-mail: gomescabral@uol.com.br



identificar as reais ligações com os rebeldes da revolução e com os soldados bonapartistas vindos dos Estados Unidos.

De grande importância para o desenrolar da revolução pernambucana é a atuação deste cônsul, que como veremos foi bem significativa. Assegurado pela imunidade consular até que ponto chegou suas ações para interferir na política interna do país? Sua presença em Pernambuco foi tida como prejudicial ao bem estar da população e sua retirada da cidade se fazia necessária, as diretas acusações de auxílio aos conspiradores e de estar mancomunado com franceses o fizeram cair na mira das investigações das autoridades. É em busca da veracidade destas acusações que caminha a seguinte pesquisa.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E OS SEUS BASTIDORES

Foco de outras tantas pesquisas a Revolução Pernambucana de 1817 ainda é um caminho aberto para novas discussões. Neste estudo procuramos apresentar a Revolução Pernambucana não pelos ângulos factuais que ocorreram a partir do dia 6 de março de 1817 ou pela problematização das causas que levaram setores da população pernambucana a se sublevar contra o poder real. Pretendemos, sobretudo, apresentar o levante de 1817 como um movimento revolucionário de dimensões internacionais

A revolução desencadeada no dia 6 de março em Pernambuco logo chegaria, para desespero das autoridades reais, a outras províncias nordestinas conquistando vários setores da população paraibana, potiguar e cearense. A revolução pernambucana pretendia a sublevação geral do Brasil. A bandeira da revolução ao ser apresentada as autoridades norteamericanas por Antonio Gonçalves da Cruz, dito Cabugá, em sua missão aos Estados Unidos deixou claro este objetivo “As três estrelas representam os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que, segundo as últimas notícias compunham a confederação para a liberdade e independência. Quando as restantes províncias do Reino do Brasil houverem aderido à confederação, outras estrelas serão colocadas em volta do arco-íris” (MOURÃO: 2009, 159).

A simpatia pela causa revolucionaria havia conquistado tantos outros brasileiros que apenas em pensamento cogitaram tal possibilidade de liberdade e independência como mostra uma nota de João Paulo Bezerra, então Ministro da Fazenda, ao próprio D. João “o espírito das conversações das Mesas Redondas das Casas de pasto no Rio de Janeiro é horrível. O

rápido crescimento dos Estados Unidos da América do Norte tem sido por muito tempo habilmente oferecido à admiração, como o único exemplo digno de ser seguido por este país; e dificilmente se encontra uma pessoa cuja conversa não venha a cair no que poderia ele <o Brasil> ser se fosse igualmente bem governado” (MOURÃO: 2009, 166). As prisões que foram efetuadas no Rio de Janeiro indicaria, talvez, que as conspirações estivessem também adquirido força além das províncias nordestinas e com isso o governo português passou a suspeitar que a corte também fosse casa dessa simpatia “na própria corte suspeitou-se da existência daqueles simpatizantes” (MOURÃO: 2009, 23), fazendo com que em meados de 1817 um dos atos do governo em relação a revolução fosse instaurar a devassa que levou muitos a prisão no Rio de Janeiro.

A apreensão que este levante foi capaz de despertar na monarquia é observada pelas providências adotadas por ela para combater os rebeldes, foram solicitados de Lisboa dois regimentos de infantaria, um para acrescentar na expedição militar dada a Luis do Rêgo e a outra para ficar de prontidão na Bahia, até o embaixador português em Londres, Dom Pedro de Souza Holstein, Conde de Palmella, foi incumbido de requisitar dos ingleses ajuda militar para o combate a insurreição, o governo português parecia estar se armando para enfrentar uma guerra e não um simples levante regional contra a monarquia. Apesar da repressão drástica adotada pela corte outra medida de cunho imediato foi de mais eficiência na derrocada do levante, manobrada pelo Governador da Bahia, Dom Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, que possuía conhecimento prévio que estaria por chegar um rebelde, conhecido como Padre Roma, para incitar o levante também na Bahia, no desembarque o rebelde foi capturado, julgado e fuzilado por ordem do Governador que rapidamente armou uma força naval para realizar o bloqueio do porto do Recife e enviou tropas por terra para combater a insurreição. As tropas deste governador conseguiram ocupar a cidade do Recife antes mesmo da chegada das forças reunidas na corte e impossibilitou que na Bahia houvesse qualquer manifestação a favor do movimento.

Neste momento é relevante notar nessas informações a dimensão nacional e internacional que a revolução alcançou, sendo o primeiro passo para o objetivo que se concretizaria em 1822. Além dessas medidas, o empenho do abade Corrêa da Serra, embaixador português nos Estados Unidos em sufocar a repercussão internacional da revolução permite perceber o perigo que o apoio e reconhecimento de outros países, principalmente o dos Estados Unidos representava para o poder real “ o comportamento de Rush e o de Bagot mais terá reforçado em Corrêa da Serra a certeza da necessidade de fazer

presente, com toda intensidade e a todos os níveis, a posição do governo português diante a insuspeitada novidade de Pernambuco” (MOURÃO: 2009. 59). Corrêa da Serra foi tão pego de surpresa sobre a eclosão da revolução quanto às autoridades no Brasil, recebeu a notícia sobre a conspiração pernambucana, através do jornal “*Norfolk Herald Office* que publicara a notícia em 24 de abril” (MOURÃO: 2009, 57), e para tirar ainda mais o descanso do abade a imprensa americana dera muita atenção a este evento. O seu empenho em minimizar os efeitos da revolução se intensificou com a presença de dois conspiradores, Charles Bowen, que chegou aos Estados Unidos dias antes de Cruz Cabugá, este último chegara com credenciais de emissário do Governo Provisório para conseguir agentes e armamentos para sustentar a revolução. Frustrar o encontro desses conspiradores com as autoridades norte-americanas tomou quase todo o tempo do embaixador enquanto esteve nos Estados Unidos.

As notícias publicadas nos jornais norte- americanos assim como de outros países fizeram com que o desgosto do povo brasileiro fosse apresentado para o mundo e a internacionalização deste levante possibilitou o cruzamento de conspirações como é o caso dos bonapartistas refugiados nos Estados Unidos do qual trataremos mais adiante. O contexto em que a revolução de 1817 acontece merece atenção redobrada da monarquia, as colônias espanholas estavam em processo de emancipação e o principal modelo de república liberal bem sucedida dos Estados Unidos estava servindo de cartilha para libertação das colônias da América do sul, que almejavam a realização do mesmo ideal. O coração e as atitudes dos revoltosos pernambucanos estavam invadidos pelos ideais liberais da admirada revolução francesa de 1789 e por ideias republicanas, mas eram desprovidos de experiência para lidar com tais sentimentos, este foi um dos fatores favoráveis para revolução ter sido sufocada.

A influência que os Estados Unidos exercia sobre as colônias é inegável e o governo português estava consciente da ameaça que os norte-americanos representavam para a placidez do reino e tinham a certeza que o “destino norte-americano de Revolucionar e libertar todo o Novo Mundo”(WRIGHT: 1978, 172) estava esperando só o momento adequado para aflorar e seria a revolução pernambucana de 1817 este momento? O que de certo pode-se dizer é que o governo português mantia uma vigilância constante quando o assunto era os Estados Unidos, vigilância esta intensificada com a eclosão da revolução e com as ações suspeitas de um norte-americano que desempenhava no Recife as funções de cônsul, Joseph Ray.

É para estas ações suspeitas, as conspirações, a coincidência de interesses e auxílios ilegais que compõe o bastidor da revolução pernambuca de 1817 que estarão voltadas as



nossas atenções. Nos bastidores da revolução de 1817 as ações tidas como suspeitas de Joseph Ray, cônsul norte-americano no Recife são de suma importância para o desenrolar da revolução. Portanto, esclarecimentos sobre a chegada ao Recife e o envolvimento deste cônsul com os rebeldes e com os refugiados soldados bonapartistas enviados dos Estados Unidos por Cruz Cabugá se tornam nosso foco principal. Apesar de ser uma figura significativa, a participação deste cônsul é ainda pouco estudada e isso se torna o desafio de nossa pesquisa.

A NOMEAÇÃO DE JOSEPH RAY E A SUA CHEGADA NO RECIFE

Uma das dúvidas que pairam sobre a vida consular de Joseph Ray é a sua nomeação. Quando foi nomeado e a quais interesses atendiam sua nomeação?

Esta pesquisa apresentara suas hipóteses com cautela por estar em fase inicial, qualquer conclusão ou afirmação é precipitada tendo em vista uma longa jornada de investigação sobre as questões que aqui levantaremos.

Em algumas obras que analisamos e usamos como fonte para o artigo a questão da nomeação de Joseph Ray é resultado da missão de Cabugá, emissário dos rebeldes, nos Estados Unidos.

“Com efeito, Cabugá tinha conseguido obter do governo americano a nomeação de M. Ray para as funções de cônsul dos Estados Unidos no Recife”(Costa: 1903, 203)

“Cabugá conseguiu, poucos dias depois, aproximar-se do Departamento de Estado. Ali recomendou a nomeação de Joseph Ray, comerciante americano em Pernambuco e sócio da firma Ray&Bryan, para cônsul dos Estado Unidos no Recife, nomeação que se efetivou no Primeiro Semestre de 1817.” (WRIGHT: 1978, 172)

Essas citações mostram como a afirmação de que nomeação de Ray foi fruto da missão de Cabugá foi adotada por alguns autores. Entretanto, em nossas investigações nos deparamos com outros resultados que contradizem a afirmação dita a cima, que não seria possível a interferência de Cabugá em sua missão, pois a decisão de nomear Joseph Ray como cônsul no Recife já teria sido tomada um ano antes da revolução eclodir. “A informação do próprio Ray, de que já fora nomeado cônsul no início de 1816.”(VEIGA: 1979, 270) e “Em seu relatório de 5 de outubro de 1817 para o Ministro dos EE.UU, Thomas Sumter, no Rio, ele recorda que sua nomeação se efetuou um ano antes da Revolução de 17”(



VEIGA, Gláucio, 1979, 277) e “Ray fora nomeado para o cargo em 1816” (MOURÃO: 2009, 265)

A falta de acesso aos documentos dos arquivos norte-americanos é mais um dos desafios que teremos de enfrentar, mas a tese de Mary Ellis Kahler, *Relation between Brazil and the U.S., 1815-1825, with especial reference to the revolutions of 1817 and 1824*, apresentada nos Estados Unidos em 1968, dedica valiosas paginas a figura deste cônsul, qual analisaremos na próxima fase desta pesquisa, nos ajudara a descobrir como se deu de fato a nomeação e por que Ray só chegaria no Recife meses depois. No momento vamos analisar os estudos nacionais realizados a este respeito.

Tendo a sua nomeação realizada em 1816 por que Ray só chegaria ao Recife em 6 de julho de 1817, data informada segundo Veiga pelo próprio Ray em um dos seus primeiros relatórios ao governo americano, depois da revolução ter sido sufocada, a hipótese de que seu *Exequatur* demorou para ser liberado pelo senado americano é uma das causa da sua demora “Talvez, a demora se prendesse a necessária aprovação pelo senado americano da nomeação de Ray. Apenas, o lapso de tempo- exatamente um ano- parece-nos demasiado longo” (VEIGA: 1979, 277). O governo português estava ciente dos interesses comerciais que os Estados Unidos possuía em relação ao Brasil “partindo do interesse americano no Prata, o governo Português no Brasil não podia deixar de pensar na ligação entre o que os americanos lá pretendiam e os acontecimentos que marcavam as conotações com o regime dos Estados Unidos na Revolução Pernambucana de 1817. Aduza-se, ainda, o fato de esse ano haver sido o mesmo do estabelecimento de dois postos consulares no Brasil o de Pernambuco e o de São Pedro do Rio Grande do Sul.” (WRIGHT: 1978, 172). Será que a nomeação de Joseph Ray pretendiam atender a esses interesses comerciais, tendo um agente americano para tornar melhor relação entre os dois países, porém os resultados que temos das ações de Ray estreitam as relações e não podemos esquecer que Corrêa da Serra adquiria boas influencias nos Estados Unidos e se seu empenho em proteger os interesses portugueses fez com que a aprovação ou liberação do senado demorasse mais do que o normal, por que não haveria outro motivo para sua negação já que o governo americano no ano de 1808 enviara credenciais a um comerciante americano em Salvador para atuar como cônsul no Brasil.

Neste meio tempo em que Ray esperava sua liberação para partir para o Recife, uma dúvida preenche esse espaço de tempo, teria ele tido, nesse um ano, algum tipo de contato com os rebeldes? E durante a espera, teve também, algum contato com os refugiados soldados



bonapartistas? Ray teria deixado nos Estados Unidos, de alguma maneira, clara a sua certa simpatia pela causa revolucionária e pela causa bonapartista?

AS POSSÍVEIS LIGAÇÕES DE JOSEPH RAY COM OS REBELDES DE 1817.

Aportado no Recife no dia 6 de julho de 1817 Joseph Ray envia seu primeiro relatório ao seu secretário de estado, segundo Gláucio Veiga, a 21 de julho informando a violação da correspondência e o primeiro encontro com Luiz do Rêgo, descreve o tratamento recebido pelo governador como “civilizado”. Nessas informações podemos entender que Ray tinha o conhecimento que suas correspondências seriam violadas, portanto não escreveria nenhum comunicado que contivesse informações que produzissem provas contra si próprio e que colocasse seus planos em risco, o que explica sua omissão em um importantíssimo fato de que falaremos a diante.

O segundo relatório a qual temos conhecimento no momento através da mesma fonte que o anterior, é o do dia 5 de outubro de 1817 a Thomas Sumter, informando-o a mudança no tratamento recebido pelo então governador Luiz do Rêgo, a pergunta que nasce entre esses dois relatórios é quais foram os motivos que levaram o governador Luis do Rêgo a mudar suas atitudes a respeito do cônsul para tratá-lo com “indisfarçável hostilidade”? Como se comportou o cônsul diante dos assuntos internos do país para gerar tal sentimento e futura desconfiança?

Em relação aos rebeldes, Ray é acusado de escondê-los em sua residência, que também servia de consulado e de dar fuga para os Estados Unidos. A pretensão de fuga dos rebelde para os Estados Unidos pode realmente estar ligada ao cônsul, uma vez que era sócio da empresa que agenciava navios que faziam essa rota, “A firma Ray&Bryan foi a mesma que agenciou a vinda do navio mercante americano carregado de suprimentos para os revolucionários”(WRIGHT: 1978, 172). e qual seria a outra razão para os rebeldes comunicar seus planos de fuga para o cônsul se este não fosse compatível a ajuda. No terceiro relatório enviado aos Estados Unidos, Joseph Ray comunica a posição arbitrária do governo de Luis do Rêgo, o que aumenta o desejo de fuga de várias pessoas “o banho de sangue tem provocado a fuga de várias pessoas para os EE.UU. e é provável que essa emigração aumente para o futuro” (VEIGA: 1979, 278). Essa informação do relatório de Ray é bem interessante, pois ele não coloca essas várias pessoas como sendo os rebeldes da revolução, mas só poderia



ser os rebeldes, porque pessoas sem relação com a revolução não iriam buscar fuga. Apesar de tentar driblar as acusações que pesavam sobre seus ombros, qualquer coisa que falasse em sua defesa ainda estaria em maus lençóis, pois se estas pessoas, as quais ele nem sabia o nome, tinham o interesse de ir para os Estados Unidos e ele pretendia ajudá-los nesse interesse, não sabendo, supostamente, a identidade criminosa dessas pessoas, precisaria da autorização do governo, coisa que nem passava pela cabeça do cônsul requisitar.

O auxílio oferecido por Ray aos rebeldes assim como para os franceses está baseada na hospitalidade, é como mostra um fato importantíssimo ocorrido no consulado. “No dia 6 de janeiro de 1818 a policia às 10 horas da noite invadia uma pousada onde se hospedava um cidadão americano. E na mesma noite, o mesmo oficial dirigiu-se ao Consulado Americano, efetuando a prisão de dois brasileiros e de um jovem português que estavam hospedados naquele local. A policia prendeu, igualmente o Secretario do Cônsul. Por estranha coincidência, naquela noite o cônsul não se encontrava em sua residência que fazia também de consulado”(VEIGA: 1979, 279). Onde estaria Joseph Ray naquele dia a aquela hora da noite? E o que neste momento é mais relevante, quem eram as pessoas hospedadas no consulado?

Joseph Ray informa a John Quincey Adams, secretário de Estado do governo norte-americano sobre este ocorrido, entretanto não revela os nomes dos hospedes presos, como também não revela qual foi seu destino aquela noite. “Luis do Rego em seu relatório de 19 de março de 1818 os identifica, João Luis Freire, um dos primeiros revolucionários de Itabaiana, Antonio Rogério Freire, crimes de Revolução e Jose Apolinário de Faria.”(VEIGA: 1979, 279), identificados os hospedes de Ray, verificasse que dois deles são procurados por crimes de revolução e o que tudo indicava foram atrás do cônsul com o objetivo de obter fuga para os Estados Unidos.

Para as autoridades locais Joseph Ray representava uma desconfiança muito grande em relação aos seus verdadeiros interesses em Pernambuco, e talvez, esse fosse o motivo da mudança do tratamento direcionado ao cônsul. Luis do Rêgo já estava convencido de que Ray auxiliara os rebeldes “em 1 de março de 1818 Luis do Rego dirigindo-se a D. João “ posso assegurar a Vossa Majestade que este cônsul é um péssimo sujeito e que muito convém ao sossego publico que ele seja expulso” e em abril de 1818 Luis do Rêgo confirma “ vendo este dito cônsul evadir-se desta capitania, vejo Pernambuco aliviado de um sedutor que poderia invisivelmente perverter sinceros corações”(VEIGA: 1979, 288). O cônsul tinha conhecimento que tanto as autoridades locais quanto o próprio D. João estavam convencidos



do seu envolvimento com os rebeldes “Luis do Rego alegara ter recebido ordens de D. João para vigiar os americanos, Constava lhe ainda que Luis do Rêgo estava convencido de que a sua presença no Recife, tinha como objetivo auxiliar os revolucionários”, para maiores informações a respeito do que D. João e Luis do Rêgo falavam a respeito do cônsul e das medidas a serem tomadas analisar suas correspondências são de suma importância, e por este motivo Ray foi convocado para dar a sua versão dos fatos, “Dirige-se o cônsul a Bernardo Teixeira. Perguntou-me, então, quem eram as pessoas que se encontravam no consulado. Respondi-lhe que não sabia seus nomes. Então, Bernardo Teixeira disse-me que eles eram patriotas. Respondi que não era dos meus hábitos interrogar as pessoas que procuravam o consulado”, Gláucio Veiga em seu estudo revela a confissão de Ray que não tinha conhecimento sobre as identidades de seus hóspedes.

Esta confissão é insatisfatória, pois é difícil acreditar que hospedando essas pessoas não iriam saber seus nomes ou identificações, e o motivo pelo qual não informou em seu relatório os nomes dos presos e qual foi seu destino aquela noite é porque sabia que suas cartas estavam sendo interceptadas e não se entregaria com esta facilidade. A prisão Ray foi pedida, mas não foi concretizada por ter imunidade diplomática, sorte diferente teve o seu secretário que permaneceu preso apesar dos esforços do cônsul, esta prisão lhe foi muito prejudicial, além das funções de secretário ele também exercia a função de intérprete, pois Ray não dominava o português e sem essa facilidade na comunicação não teria o cônsul condições de agir. Implicado neste levante Ray seria acusado pelas mesmas ações em 1824, motivos pelos quais teve sua casa comercial confiscada, o que lhe rendeu mais complicações por que foram encontrados vários erros em seus livros de contabilidade, e banido do Brasil até reaver seu *Exequatur*.

COINCIDÊNCIA CONSPIRATÓRIA, OPERAÇÃO BONAPARTISTA NO CENÁRIO REVOLUCIONÁRIO PERMANBUCANO.

A relação entre a revolução pernambucana de 1817 e os interesses dos soldados bonapartista que após a queda de Napoleão tiveram que se refugiar nos Estados Unidos em busca de um vida menos amarga, encontraram no levante pernambucano uma ponte de apoio para seus planos de sequestrar o imperador Napoleão da prisão de Santa Helena, foi a coincidência de interesses, onde encontram em Cabugá entusiasmo necessário para tal



conspiração, entusiasmo apenas, não que este trocara sua luta pela revolução de Pernambuco por estes objetivos encontrados no meio do caminho. Pernambuco representava um auxílio importante para a realização desta operação francesa, mas os soldados bonapartista tinham seus pensamentos voltados apenas na libertação de seu imperador, e talvez, a libertação do Brasil estivesse em planos inferiores. A revolução pernambucana sempre esperara um apoio efetivo estrangeiro que nunca veio.

Os interesses franceses encontram aqui no Brasil outro simpatizante pela causa, o cônsul norte-americano Joseph Ray, que não dedicara seu apoio apenas aos rebeldes de 1817, mas também aos emigrados franceses que agiam as escuras no Brasil, tendo proteção garantida na casa de Ray, o consulado.

As acusações a Ray não se limitava a auxiliar os rebeldes, mas também os bonapartistas o que inflamava ainda mais sua situação no Brasil. Segundo um estudo de Ferreira da Costa, *Napoleão I no Brasil*, Ray “era a criatura dos emigrados franceses”. E todo o segredo feito pelo cônsul sobre seu paradeiro na noite em que o consulado fora invadido e presos seus hóspedes e seu secretário, não lhe serviu por muito tempo. Uma das acusações feitas pelas autoridades que ainda recai sobre Ray são de suborno e de manter relações com os bonapartistas na prisão.

No navio *Parangon*, enviado da Filadélfia por Cabugá para ajudar na revolução transportava, além de munições, os soldados bonapartistas que desembarcaram e se reuniram na Paraíba para só depois seguirem para Pernambuco, eles se chamavam Latapie, Roulet, Pontécoult, este último estando primeiro no Rio Grande do Norte onde adquiriu a amizade do secretário do governador na província, mas apesar de bem relacionado quando os boatos de que esses franceses estavam aqui no Brasil, numa conspiração com os rebeldes da revolução para evadir Napoleão de Santa Helena se tornaram muito fortes para serem apenas boatos e ainda mais contando com o apoio do dito cônsul e de seu secretário, as autoridades de Pernambuco efetuaram as prisões. Antes de seguir para o Rio de Janeiro Latapie fizera uma lista com os nomes dos comprometidos na operação e essa lista confiara, como diz Ferreira da Costa em seu estudo, a Joseph Ray “para que promovesse a fuga dessas pessoas”, em particular a de Roulet que se encontrara preso pela polícia de Pernambuco. Era essa ligação com esses franceses que Ray pretendia manter em segredo ao omitir o seu paradeiro na noite em que o consulado foi invadido.

Bernardo Teixeira escrevia a Vilanova Portugal “o dito cônsul assiste aos oficiais franceses com dinheiro e tem procurado ter comunicação com eles, até no segredo mesmo”.





(COSTA: 1903, 281). Em seu depoimento Joseph Ray declara que visitara os franceses na prisão e comunicava-se com eles através de cartas era em caráter pessoal e não como cônsul, o que para as autoridades significava culpa maior, se como cônsul essa visita representava um crime imagine o ele poderia fazer como amigo, e é como diz o velho ditado, qualquer amigo dos franceses é inimigo da monarquia portuguesa, estando aqui presente o sentimento de D. João, que foi forçado a sair às pressas de Portugal por conta das tropas de Napoleão.

Diante da acusação de suborno Ray informa que jamais usou esse artifício, suborno, e todas as visitas eram autorizada pelo oficial responsável pelos prisioneiros e as correspondências eram verificadas. Mas, de que maneira eram autorizadas essas visitas noturnas, se não por suborno? E já que as visitas e as correspondências estavam dentro dos conformes porque teria mantido segredo sobre elas? Aqui ficam as dúvidas sobre os conteúdos dessas visitas e das correspondências trocadas entre os bonapartistas na prisão e Joseph Ray, mas o que podemos identificar nos conteúdos que analisamos até o momento, é uma carta de Flemming Holdt secretário de Ray, que naquele momento sentia sua liberdade ameaçada, para Houlet dando instruções para que procurasse se comunicar com o próprio cônsul para lhe pedir ajuda “ mas, constrangido pelas circunstancias, a tomar eu mesmo medidas de precaução a certos atentados á minha própria liberdade, rogo-vos que vos dirijaes directamente a M. R.(Ray) que nada tem a recear pessoalmente. Dizeis si tendes necessidade de dinheiro ou se pode-mos enviar-vos viveres”(COSTA: 1903, 211). Nesta carta as acusações de Bernardo Teixeira a Vilanova Portugal são fortificadas, e as declaradas visitas ao preso Houlet provam que este realmente se comunicara com o cônsul que prontamente se empenhou no auxílio.

Foi graças ao empenho e a coragem de Joseph Ray em não abandonar os franceses e nem os outros revolucionários que se deve a liberdade dos presos, que no caso dos franceses foram deportados dando então um fim ao plano de sequestrar Napoleão, entretanto acreditamos que esse plano das mentes dos soldados bonapartistas só se extinguiu de fato com a morte do Imperador.

Enfim, neste artigo apresentamos a fase inicial da nossa pesquisa e as nossas perspectivas sobre o tema, apresentamos nosso olhar sobre este movimento tão significativo na história da independência brasileira e apresentamos um personagem igualmente significativo, mas ainda pouco estudado, Joseph Ray, o homem norte-americano nomeado cônsul no Recife. Enfatizamos aqui suas ações em relação aos rebeldes da revolução e com os emigrados franceses, apresentando as questões que ainda são pertinentes e demos algumas





possibilidades que ao longo da pesquisa, a qual seguimos com entusiasmo, pretendemos oferecer maiores esclarecimentos sobre a vida consular de Joseph Ray, mas aqui fica a certeza do papel ativo que este desempenhou no cenário revolucionário pernambucano de 1817.

REFERÊNCIA

WRIGHT, Antônia F. P. de Almeida. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

VEIGA, Gláucio, O Cônsul Joseph Ray, os Estado Unidos e a Revolução de 1817, **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, vol. VII 1979.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello, **A Revolução de 1817 e a História do Brasil**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

COSTA, Ferreira da, Napoleão I e o Brasil, **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, vol. X, 1903.